

8. Ibidem, p.65.

9. Ibidem, p.47.

10. NASSAR, Rosita de Nazaré Lima (Op. cit.), p.169.

11. OURIOU, João Domingues, RAMPINELI, Waldir José (Organ.), [FIOD, Edna Garcia Maciel]. (Op. cit.), p. 221.

PARTE DE OUTRO ARTIGO

A INTERVENÇÃO DE TERCEIROS NO DIREITO PROCESSUAL BRASILEIRO CIVIL E TRABALHISTA

Ana Kalline Soares Castor Zia (*)

Introdução

O estudo que segue tem por escopo delinear aspectos de sutil importância à Justiça, especialmente no campo do Processo Trabalhista. Cumpre colocar que analisaremos o instituto da Intervenção de Terceiros, amplamente mencionado no Processo Civil Brasileiro, em observância à possibilidade ou não de sua utilização no Processo do Trabalho.

Efetuiremos comentários pertinentes relacionados a cada possível intervenção de terceiros, verificada na legislação pátria, finalizando por apresentar comentários acerca de sua efetivação na Justiça do Trabalho.

Salientamos, prima facie, que este não é tema pacífico entre nossos doutrinadores e que em nenhuma hipótese é nosso objetivo o de impor verdades absolutas. Antes, acreditamos que a nós, estudiosos do direito, incumbe a responsabilidade de levantar discussões que possibilitem o engrandecimento da Justiça Brasileira.

Capítulo I – Intervenção de Terceiros no Processo Civil

1.1. Definição e Aspectos Importantes

Processo, em direito, corresponde à idéia de desenvolvimento de certa atividade jurisdicional visando a obtenção da tutela jurídica estatal. Desnecessário relembrar a inaplicabilidade, nos dias atuais, da auto tutela, ou mesmo da defesa privada. Deste modo, quando certo indivíduo tem uma pretensão que é resistida por outrem, e ambos não conseguem solução pacífica para tal dilema, o caminho a ser seguido é o da busca da tutela jurisdicional do Estado. Sendo a pretensão resistida colocada sob análise do Estado tem início uma relação processual, que envolve autor (parte reclamante) e réu (parte reclamada), sob o comando do Estado, representado pelo Juiz.

(*) Ana Kalline Soares Castor Zia é aluna do 6º período do curso de Direito do Centro Universitário de João Pessoa – Unipê

**Trabalho classificado em 2º lugar no II ENCONTRO
ACADÊMICO TRABALHISTA – ENAT, realizado pela
ESMAT/PB em maio de 2002**

Entretanto, possível é que em alguns casos certas pessoas intervenham no processo mesmo não sendo parte na causa. A intervenção de terceiros, estranhos à causa, tem o fito de auxiliar ou excluir os litigantes, “para defender algum direito ou interesse próprio que possa ser prejudicado pela sentença”⁸. Assim, segundo Humberto Theodoro Júnior, “ocorre o fenômeno processual chamado intervenção de terceiro quando alguém ingressa, como parte ou coadjuvante da parte, em processo pendente entre outras partes”⁹.

Fato conhecido é o de que, em regra, a sentença só faz coisa julgada entre as partes do processo. Porém, as relações jurídicas não se encontram isoladas ou absolutamente independentes com relação a demais pessoas. Entretanto, há uma “interdependência de relações, de sorte que a decisão proferida quanto a uma delas, irremediavelmente, atinge a outra, em alguma parte, ou no seu todo”¹⁰. Deste modo, as possibilidades de intervenções de terceiros justificam-se, a princípio, em virtude das implicações que a sentença provoca em relações jurídicas de pessoas que não são parte do processo. Em suma, os sujeitos que podem, de algum modo, serem atingidos pelas decisões judiciais, não obstante não fazendo parte originalmente do processo, podem vir a integrá-lo através da intervenção.

No campo do Direito Processual Civil, além da assistência e do litisconsórcio, são as seguintes as intervenções de terceiros: oposição, nomeação à autoria, denunciação da lide e chamamento ao processo.

1.2. Qualificação de Terceiro

Para o já citado jurista Luiz Fux, o critério melhor para qualificar o terceiro é aquele que analisa sua qualidade de agir em juízo. Ou seja, terceiro é aquele que está fora do processo mas é titular de relação jurídica passível de sofrer os efeitos jurídicos da decisão judicial advinda de tal processo em curso.

Capítulo II – Espécies de Intervenção de Terceiros

2.1. Assistência

A assistência é delineada pelo legislador brasileiro no Código de Processo Civil, fora do capítulo da intervenção de terceiros. Diz o Art. 50 do referido diploma legal: “Pendendo uma causa entre duas ou mais pessoas, o terceiro, que tiver interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma delas, poderá intervir no processo para assisti-la”. Assim, o assistente ingressa na relação processual para auxiliar, colaborar, coadjuvar uma das partes a obter vitória no processo.

⁸ Ovídio Baptista da Silva. Curso de Processo Civil - volume 1. pg. 271.

⁹ Humberto Theodoro Júnior. Curso de Direito Processual Civil – Volume I. pg. 102

¹⁰ Luiz Fux. Curso de Direito Processual Civil. pg. 246

Não há defesa de direito próprio, mas alheio, havendo unicamente interesse próprio a ser indiretamente atingido. Tal interesse necessariamente deve ser jurídico, e não puramente 'econômico' ou 'sentimental'./

São, em suma, pressupostos da assistência: existência de uma relação jurídica entre uma das partes e o terceiro assistente e possibilidade de vir a sentença a influir na referida relação.

A assistência pode ser *simples* (quando o assistente unicamente atua como coadjuvante da parte assistida, não defendendo direito próprio) ou *litisconsorcial* (caso em que o assistente mantém relação jurídica própria com o adversário da parte assistida e que poderia, desde o início da causa, figurar como litisconsorte – neste caso, assume status de litisconsorte).

Conclui o Art. 50 do CPC que a assistência tem lugar em qualquer dos tipos de procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que este se encontre.

2.2. Litisconsórcio

Considerado por alguns como sendo intervenção de terceiros, válido frisar que o litisconsórcio é caso de *pluralidade de partes*, e não de intervenção. Este pode ser ativo, passivo ou misto; originário ou ulterior; facultativo ou obrigatório. Em todos os casos, cabe o belíssimo comentário de Vicente Greco: “é preciso ter presente que o litisconsórcio é uma figura especial no processo, porque a regra é a da singularidade das partes, de modo que somente será possível o litígio conjunto quando a lei o permitir ou assim o determinar”¹¹.

O CPC cuida do litisconsórcio no Capítulo V, do Título II, do Livro I, juntamente com o instituto da assistência.

2.3. Oposição

Ocorre oposição quando um terceiro ingressa num processo pretendendo, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre o qual autor e réu pleiteiam. Ao intervir como opoente, o terceiro age como verdadeiro autor, em virtude das partes primitivas, visto que seu pedido torna-se incompatível com o inicialmente formulado no processo original. Assim, a pretensão do opoente exclui a dos opostos. Por tal motivo, a oposição é considerada intervenção *ad excludendum*. A oposição instaura novo e autônomo processo, perante o mesmo juiz da causa principal.

A oposição poderá ser apresentada até a sentença, devendo o opoente apresentar o seu pedido observando os requisitos constantes nos Arts. 282 e 283 CPC (requisitos exigidos para a propositura de uma ação). Não sendo apresentada a oposição até a sentença, o terceiro pode propor ação autônoma questionando seu direito.

¹¹ Vicente Greco Filho. Direito Processual Civil Brasileiro – 2º Volume. pg. 119

2.4. Nomeação à Autoria

Tal instituto visa corrigir o pólo passivo da relação processual original. Através da nomeação a autoria, o detentor de objeto de outrem, demandado em nome próprio, pelo fato da detenção em si, deve convocar, forçadamente, para o processo, o proprietário ou possuidor da coisa demandada.

“Aquele que detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandada em nome próprio, deverá nomear à autoria o proprietário ou o possuidor”, é o indicado no Art. 62 CPC. Assim, “citado alguém, que não é o proprietário ou possuidor, deverá ele requerer a nomeação destes no prazo para a defesa”¹².

A nomeação à autoria não deve ser vista como mera faculdade, mas como dever do mandado. O pressuposto para a nomeação à autoria é o ajuizamento da ação de demanda da coisa ou de indenização contra o mero detentor ou preposto, como se fosse ele o titular da coisa reivindicada ou o responsável pelos danos argüidos.

2.5. Denúnciação da Lide

Assim como o instituto da nomeação a autoria, a denúnciação da lide é medida obrigatória, e não mera faculdade da parte. Esta intervenção consiste em “chamar o terceiro (denunciado), que mantém um vínculo de direito com a parte (denunciante), para vir responder pela garantia do negócio jurídico, caso o denunciante saia vencido no processo”¹³.

O objetivo primordial de tal intervenção é o de liquidar-se numa única sentença o direito que o denunciante tenha contra o denunciado, fazendo com que a sentença possa valer qual título executivo em favor do denunciante contra o denunciado (na hipótese do denunciante perder a demanda).

De acordo com Luiz Fux, “o instituto da denúnciação da lide é modalidade de intervenção forçada, vinculado à idéia de garantia de negócio translatício de domínio e existência de direito regressivo”¹⁴. Ou seja, o denunciante ou tem um direito que precisa ser garantido ou é titular de possível ação regressiva em face do terceiro.

Por meio da denúnciação da lide passa a haver uma relação jurídico-material entre as partes e outra entre uma das partes e o denunciado. A sentença disporá sobre a relação jurídica entre a parte e o denunciante e entre este e o denunciado. As hipóteses legais de denúnciação da lide estão previstas no Art. 70 e incisos CPC: “A denúnciação da lide é obrigatória: I – ao alienante, na ação em que o terceiro reivindica a coisa, cujo domínio foi transferido à parte, a fim de que esta possa exercer o direito que da evicção lhe resulta; II – ao proprietário ou ao possuidor indireto quando, por força de obrigação ou direito, em casos como o do usufrutuário, de credor pignoratício, do locatário, o réu, citado em nome próprio, exerça a posse direta da coisa demandada; III – àquele que estiver

¹² Idem, ibidem. pg. 136

¹³ Humberto Theodoro Júnior, op. cit. pg. 111

¹⁴ Luiz Fux. op. cit. pg. 267

obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda”.

Outrossim, saliente-se que não é permitida a intromissão de fundamento jurídico novo, na denúncia da lide, que não seja responsabilidade direta decorrente da lei e do contrato.

2.6. Chamamento ao Processo

É a intervenção de terceiro que possibilita ao devedor demandado a convocação dos coobrigados pela dívida, de modo a que estes também sejam responsáveis pelo resultado do feito. É, pois, uma faculdade, não um dever, do réu. Através do chamamento ao processo a demanda pode ser ampliada, favorecendo o réu, e permitindo a condenação dos demais devedores (fazendo título executivo judicial).

São as seguintes as possibilidades do chamamento ao processo: devedor na ação em que o fiador for réu; dos outros fiadores quando para a ação for citado apenas um deles; de todos os devedores solidários. Tais casos estão previstos no Art. 77 CPC.

Capítulo III – Intervenção de Terceiros no Processo Trabalhista

3.1. Divergência Doutrinária

Cumpra observar, de início, que, diferente do que ocorre com a doutrina civilista, não há pacificidade no que diz respeito às possibilidades de intervenção de terceiros no processo trabalhista. Isto ocorre especialmente porque a CLT não analisa a intervenção de terceiros. Deste modo, é utilizado o CPC subsidiariamente.

Alguns doutrinadores defendem que é totalmente inadequado tal uso. Outros o assimilam integralmente. Acreditamos que a posição mais correta é a que adota como possíveis os institutos da assistência e do litisconsórcio e como não cabíveis ao processo do trabalho a oposição, a nomeação à autoria, a denúncia da lide e o chamamento ao processo. Explicaremos a seguir.

3.2. Assistência e Litisconsórcio

Temos por plenamente possíveis ambas as intervenções de terceiros no processo trabalhista. Conforme outrora apontado, o litisconsórcio envolve pluralidade de partes, e não intervenção propriamente dita. Deste modo, seguindo a linha do jurista Wagner Giglio, observamos que “o litisconsórcio inicial não se confunde com a intervenção de terceiros, posto que os litisconsortes são partes e não terceiros”¹⁵.

Quanto a assistência, esta é observada com relativa frequência nos processos trabalhistas. O assistente figura como espécie de “fiscal” da relação processual, sendo coadjuvante. No processo do trabalho a maioria dos doutrinadores aceita ambas as modalidades da assistência (simples e litisconsorcial).

¹⁵ Wagner Giglio. Direito Processual do Trabalho. pg. 118

A assistência simples, de acordo com a Lei nº 5.584/70, é feita pelo sindicato. Não é o caso da assistência judicial do advogado. Quanto à assistência litisconsorcial esta ocorre em face da substituição processual, sendo regulada pelo Enunciado 310 do TST, incisos IV e VI, que prevêem a possibilidade de, ocorrendo substituição processual pelo sindicato, ingressarem os substituídos como assistentes litisconsorciais.

O procedimento aplicável é o mesmo do processo comum, utilizando-se subsidiariamente o Art. 51 do CPC.

3.3. Oposição

Conforme anteriormente delineado, a oposição possibilita a um terceiro reivindicar o objeto do processo inicial. De fato, o terceiro pretende para si, no todo ou apenas em parte, a coisa ou mesmo o direito que está sendo discutido entre autor e réu.

Em virtude de sua composição e definição, a oposição é intervenção cabível unicamente nas ações que dizem respeito a direitos reais. Aqueles que defendem a oposição no Direito do Trabalho argumentam que esta é possível nas hipóteses de discussão de adicional de produtividade, entre outras.

Fato é, entretanto, que os direitos no processo do trabalho são personalíssimos, não havendo lógica alguma em seus questionamentos por outros. Ademais, havemos de convir que é necessária extrema cautela no que diz respeito a questão da competência da Justiça do Trabalho, visto que em muitos casos onde certos doutrinadores justificam o uso da oposição o que na realidade ocorre é uma incompetência da Justiça do Trabalho para analisar a causa. É o que ocorre, *ad exemplum*, com o seguinte exemplo formulado pelo jurista Wolney Cordeiro: “empregado litigando com a empresa pela propriedade de um invento; terceiro ingressa com oposição argüindo ser o verdadeiro dono deste. Ora, em tal caso, percebe-se que Não há competência da Justiça do Trabalho para conhecer tal ação.

3.4. Nomeação à Autoria

Tal intervenção ocorre quando alguém, que detém algo que não lhe pertence, ao ser colocado numa lide, faz a nomeação do verdadeiro dono. É instituto incabível no processo do trabalho. Mais uma vez, percebe-se a questão da competência da Justiça do Trabalho; lembrando-se que esta é incompetente para apreciar ações reais ou que visem reparar danos acarretados a certa coisa. Por outro lado, a nomeação a autoria cabe unicamente em ações reais. Há pois, incompatibilidade lógica entre tal instituto e a Justiça do Trabalho.

Não concordando com a nomeação à autoria nos procedimentos trabalhistas acreditamos estar velando pela celeridade processual, evitando um instituto que poderia provocar tumulto no campo trabalhista.

3.5. Denúnciação da Lide

A doutrina é, neste ponto, extremamente divergente. Há unanimidade, porém, no que diz respeito à inaplicabilidade das hipóteses constantes nos incisos I e II do Art. 70

CPC no que diz respeito ao processo trabalhista, em especial quanto à evicção, que não é pertinente às lides trabalhistas.

A grande controvérsia, entretanto, consiste no constante no inciso III do Art. 70 CPC. Nos processos trabalhistas em que se discute a sucessão de empregadores alguns juristas são favoráveis ao instituto da denunciação da lide. Não obstante, a jurisprudência é unânime ao dizer que não é cabível a denunciação da lide por não ser ação decorrente de relação de emprego, não sendo, então, da competência da Justiça do Trabalho. Tal competência, fixada no Art. 114 da CF/88, é limitada à composição dos litígios entre trabalhadores e empregadores. Somos favoráveis a tal entender, não acolhendo a denunciação da lide no processo trabalhista. O TST confirma tal entendimento.

3.6. Chamamento ao Processo

A maior parte da doutrina aceita o chamamento ao processo como cabível no processo trabalhista, especificamente no que tange à hipótese do Art. 77, III, CPC. De acordo com Amauri Mascaro, o “chamamento ao processo presta-se, no processo trabalhista, para a integração de todos os devedores solidários, quando o credor exige, de um ou alguns deles, parcial ou totalmente, a dívida comum. Se o pedreiro demanda contra o empreiteiro secundário, cabe o chamamento ao processo do empreiteiro principal”¹⁶.

Grande questionamento diz respeito ao Art. 2º, § 2º CLT, que trata da solidariedade empresarial. Tal regra deve ser entendida de acordo com a intenção do legislador, que é visivelmente de cunho protecionista (visa proteger o empresário).

Conclusão

A intervenção de terceiros consiste na possibilidade jurídica que um terceiro, alheio à demanda, tem de ingressar, ou intervir, no processo. É instituto amplamente utilizado no Direito Processual Civil, e em constante discussão no campo da Justiça Trabalhista. Visa favorecer substancialmente o Princípio da Celeridade Processual. É plenamente disciplinado no Código de Processo Civil, não sendo, porém, cuidado na Consolidação das Leis Trabalhistas, de modo que o CPC vem sendo aplicado subsidiariamente em alguns casos.

Conforme delineamos introdutoriamente, não tínhamos por intenção esgotar o assunto, mas unicamente apresentar tópicos de interesse para aqueles que militam nos campos do processo civil e trabalhista. Semelhanças e diferenças foram apontadas. Acreditamos que deste modo aguçamos no leitor uma curiosidade de melhor perquirir acerca do tema.

“A paz é o fim que o direito tem em vista, a luta é o meio de que se serve para o conseguir. O Direito é um trabalho incessante, não somente dos poderes públicos mas

¹⁶ Amauri Mascaro Nascimento. Curso de Direito Processual do Trabalho. pg. 342

ainda de uma nação inteira”¹⁷. Nesta breve pesquisa pudemos perceber que ainda há muito o que ser feito para um maior aprimoramento do Direito pátrio.

O Direito do Trabalho é um direito relativamente novo, que vem sendo dinamizado e conseguido através de muita luta e de árduo esforço de incontáveis cidadãos. Há ainda muito a ser feito, e acreditamos que nossa participação é essencial neste sentido. Precisamos evitar idéias pré-concebidas, e aprender a analisar as situações de acordo com as várias facetas com as quais elas se apresentam. Apenas deste modo atingiremos nosso objetivo real, tão bem sintetizado pelo ilustre Rudolf Von Lhering.

Bibliografia

BULOS, Uadi Lammêgo. *Constituição Federal Anotada*. São Paulo: Saraiva, 2000.

CORDEIRO, Wolney de Macedo. Comentários feitos em sala de aula.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil – Volume III*. 2ª ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2002.

FUX, Luiz. *Curso de Direito Processual Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

GIGLIO, Wagner D. *Direito Processual do Trabalho*. 11ª ed. ver. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2000.

GRECO FILHO, Vicente. *Direito Processual Civil Brasileiro – 1º Volume*. 15ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2000.

_____. *Direito Processual Civil Brasileiro – 2º Volume*. 14ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2000.

LHERING, Rudolf Von. *A Luta Pelo Direito*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de Direito Processual do Trabalho*. 19ª ed. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 1999.

NERY JUNIOR, Nelson & **NERY**, Rosa Maria de Andrade. *Código de Processo Civil Comentado*. 5ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

PALMA, João Augusto da. *CLT Anotada com Prática Forense*. São Paulo: LTr, 1999.

PINTO, José Augusto Rodrigues. *Processo Trabalhista de Conhecimento*. 6ª ed. São Paulo: LTr, 2001.

SILVA, Ovídio A. Batista da. *Curso de Processo Civil – Volume 1*. 5ª ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil – Volume I*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

¹⁷ Rudolf Von Lhering. *A Luta Pelo Direito*. pg. 1